

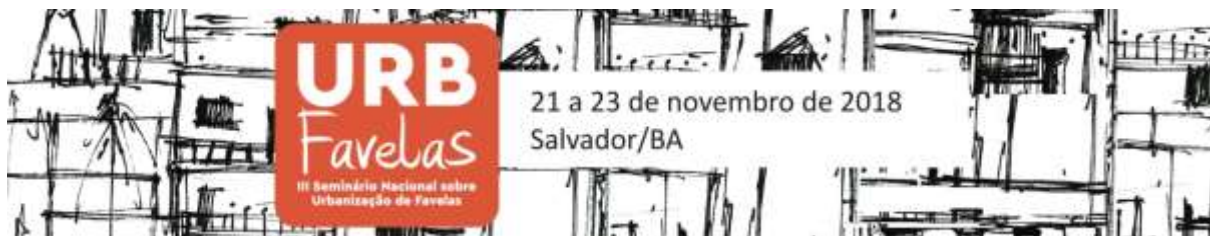


III SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE URBANIZAÇÃO DE FAVELAS - URBFAVELAS
Salvador - BA - Brasil

O PARADOXO DO DESENVOLVIMENTISMO: UMA ANÁLISE DA VIOLAÇÃO DO DIREITO DE
HABITAR DA COMUNIDADE DO PIQUIÁ DE BAIXO, AÇAILÂNDIA – MA

Marcos Andrei Freire Dias (UEMA) - m.bros@outlook.com

Arquiteto e Urbanista. Pós-graduando em Assessoria Técnica de Habitação Urbana e Rural - UEMA



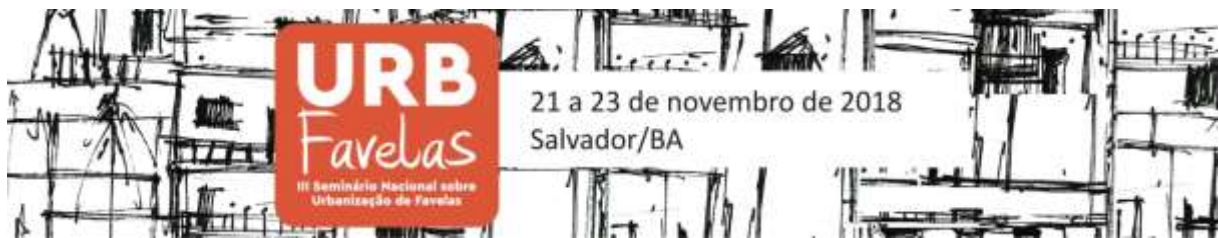
O PARADOXO DO DESENVOLVIMENTISMO: UMA ANÁLISE DA VIOLAÇÃO DO DIREITO DE HABITAR DA COMUNIDADE DO PIQUIÁ DE BAIXO, AÇAILÂNDIA – MA

RESUMO:

O processo de desenvolvimento da Amazônia brasileira foi bem articulada para contornar a pós-crise nacional da era Vargas, com o projeto de implantar plataformas de minero-siderúrgicas, e influenciar os fluxos migratórios para a região. No município de Açailândia o processo de desenvolvimento não foi diferente, já que faz parte da área da Amazônia Oriental brasileira com a introdução de mineradoras delegadas pela empresa Vale. Entretanto, o desenvolvimento na região veio conjuntamente com vários problemas relacionados a violação dos direitos de saúde e moradia, dentre outros para o assentamento. O presente artigo informa o paradoxo do desenvolvimentismo localizado na comunidade de Piquiá de Baixo, onde o crescimento do PIB elevou o município, mas este tal crescimento econômico não traz benefício nenhum a comunidade, e sim, uma série de problemas causando danos à mesma. Também, mostra a luta da comunidade por um novo lar, longe das lesões causadas pelas siderúrgicas, os processos desde a inserção das empresas na região e as superações de cada etapa vencida através da resistência dos moradores junto com o apoio de movimentos sociais e entidades envolvidos no caso.

Palavras-chave: Desenvolvimentismo. Violação do Direito. Resistência. Piquiá de Baixo.

ST – “1”: “Projeto, Processo, Superação de Limitações”



1 O DESENVOLVIMENTO NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

A Amazônia brasileira¹ esteve sujeita a políticas governamentais, econômicas e fiscais durante várias décadas, com o intuito de estimular os fluxos migratórios para a região e induzir a integração ao mercado nacional. Na década de 70, o governo do Brasil frente à crise financeira da dívida externa, implementou uma plataforma de exportação de produtos primários e intermediários como uma nova estratégia para a região.

Trazendo para perspectiva da época segundo Barbosa (2006), o Maranhão ocupava uma posição periférica na formação econômica e social brasileira, sendo assim, as implantações das plataformas de exportação dos produtos primários e intermediários que avançariam na economia mundial. Reconnectando-se na transnacionalização do capitalismo, onde vive-se transformações sob impulso do neoliberalismo como política e como ideologia (Barbosa, 2006). Colocando o processo alinhado com a dinâmica do capital transnacional.

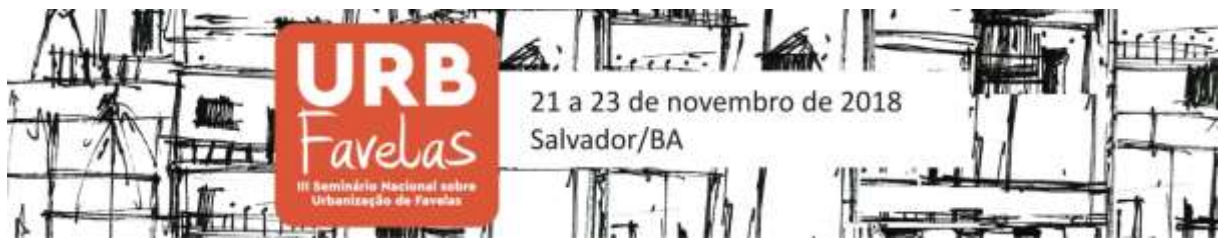
Quando o capitalismo mundial passou a operar de forma ainda mais centralizada e burocrática, exibindo uma nova correlação de forças em nível internacional. A concatenação e sistematização de políticas econômicas interestatais hegemônicas pelos EUA, ditas “neoliberais”, ditadas pelo Consenso de Washington [...] foram impostas aos endividados da periferia capitalista, buscando enfraquecer os Estados Nacionais no sentido de quebrar as barreiras nacionalistas e facilitar a penetração do capital estrangeiro nessas economias. Assim, a burguesia internacional se permitia continuar concentrando capitais e mantendo as condições para a sua exportação. (ALMEIDA, 2010:56).

Assim, para Harvey (2005), o Maranhão configura-se como um território que pode perceber notória a teoria do ajuste espaço-temporal ou a geografia do capitalismo², onde em face das crises capitalistas cada vez mais frequentes, o sistema necessita de um adiantamento temporal, expandindo geograficamente.

... a produção do espaço, a organização de novas divisões territoriais de trabalho, abertura de novos e mais baratos complexos de recursos, de novos espaços dinâmicos de acumulação de capital, e a penetração em formações sociais pré-existentes pelas relações sociais capitalistas e acordos institucionais (tais como regras contratuais e acordo de propriedade privada) são formas de absorver excedentes de capital e mão

¹ A Amazônia Brasileira compreende todos os estados da região Norte do país, porção oeste do estado do Maranhão, norte do Mato Grosso, e encontra-se dividida em Amazônia Ocidental (Amazônia, Acre, Rondônia, Roraima), cujo projeto vetor foi a Zona Franca de Manaus, e em Amazônia Oriental (Pará, Amapá, Parte do ocidente do Maranhão, Tocantins, e Mato Grosso), onde encontra-se o projeto de destaque o Programa Grande Carajás PGC – (GOMES, 2009).

² Geografia do capitalismo é um sistema econômico que visa ao máximo lucro e ao predomínio da propriedade privada.



de obra [...] vastas quantidades de capital fixo em um lugar atuam como obstáculo na busca por ajustes espacial em outro lugar. (HARVEY, 2005a:12)

Percebe-se que é vital para o sistema capitalista que haja espaço nos quais ele possa se reordenar e expandir diante das crises que lhes aparecem. Neste sentido, a análise da introdução nos espaços da Amazônia brasileira – incluindo-se o Maranhão – nessa forma de reordenamento, explorando de modo destrutor os recursos naturais (matéria-prima) das regiões, afirma a inevitabilidade de expansão do capital para atender ao capital.

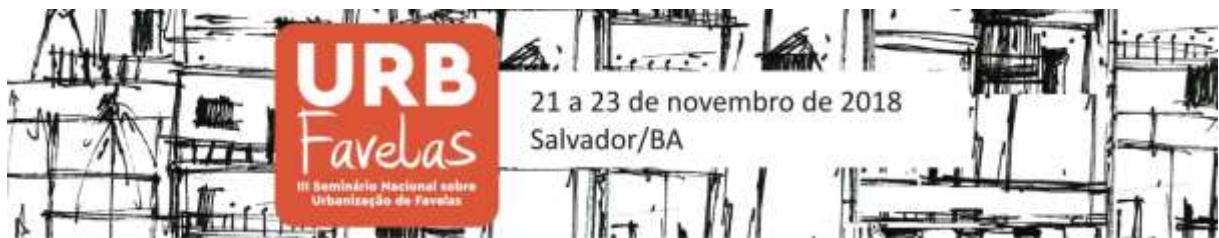
Enquanto o capital deve, por um lado, esforçar-se em derrubar todas as barreiras espaciais para realizar o intercâmbio (isto é, a troca), e conquistar todo o mundo como seu mercado, esse capital esforça-se, simultaneamente, em relação a uma maior ampliação do mercado e a uma maior anulação do espaço pelo tempo (Marx, 1973:539).

O estado do Maranhão, torna-se destaque no cenário nacional enquanto a sua realocação do grande capital transnacional, eleito desde as décadas de 70/80 como território de grandes projetos nacionais. Diante a esses investimentos, fruto de projetos do Estado em parceria com capitais privados nacionais e internacionais, traz a realidade de exploração econômica e o crescimento do Produto Interno Bruto – PIB, colocando Açailândia em destaque no estado e no país.

A cidade de Açailândia, por estar localizada geograficamente dentro da Amazônia Oriental, foi uma das cidades do Maranhão inseridas nas políticas públicas do governo federal, onde buscava ação de desenvolvimento socioeconômico.

Antes de ser alvo de políticas públicas de colonização e de desenvolvimento conduzidas pelo Estado após 1950, a região amazônica era conhecida como “Inferno Verde”, em alusão a predominância das florestas, vista como espaço inadequado à ocupação humana e à reprodução do capital. Porém, essa percepção é modificada em 1950 quando seus recursos foram referenciados como potencialidades econômicas no país. Desde então essa região amazônica passou a ser conotada como a mais nova “fronteiras de recursos e de novas oportunidades” (REIS; SOUZA, 2014, p. 02).

No final dos anos 80, foi instalado frente ao bairro Piquiá de Baixo, situado a 12km de Açailândia, cinco minero-siderúrgicas operando com catorze altos fornos com o discurso desenvolvimentista. Elas são: Viena Siderúrgica SA; Gusa Nordeste SA; Ferro Gusa do



Maranhão; Siderúrgica do Maranhão SA; Companhia Siderúrgica Vale do Pindaré. Todas estas empresas são clientes da Vale³.

Entretanto, tal crescimento econômico não traz benefício à população, apesar de que a análise dos dados revela que há uma concentração de extrema riqueza no município.

Assim, a comunidade de Piquiá de Baixo, nesta análise, representa o paradoxo da opção desenvolvimentista do crescimento econômico, ainda do fato dos impactos socioambientais, violando assim o direito de habitar de toda a comunidade local, trazendo prejuízos na moradia, à saúde, à integridade física, informação, participação e acesso à justiça.

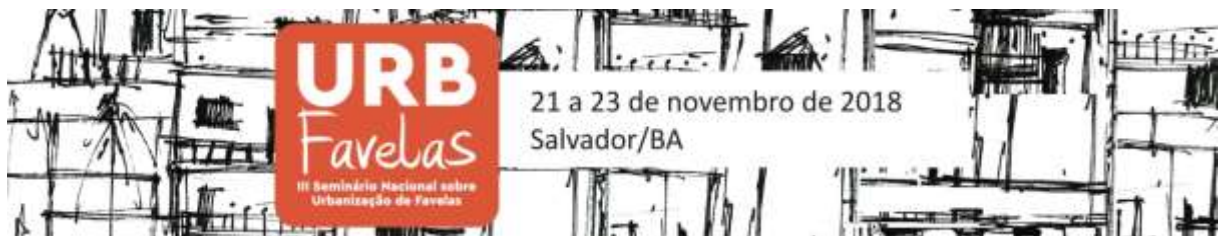
Em 2001, o governo federal com objetivo em priorizar a exportação de produtos agrícolas, industriais e de matérias primas para facilitar o pagamento da dívida externas e atrair divisas ao país, lançou a política econômica “Exportar ou Morrer”.⁴

Toda essa mobilização frente à crise financeira do país foi acompanhada da flexibilidade do marco jurídico, trazendo consequências, como a maleabilidade de leis e regras de controle ambiental, redução da reserva legal dos imóveis rurais e um marco regulador de mineração caracterizado por taxas de *royalties* baixas e normas ambientais frágeis.

Devido a essas atividades das minero-siderúrgicas implantadas na região e a forma de como se apropriam do espaço, foi provocado também uma mobilização de diversos grupos da sociedade civil frente às alegações de direitos humanos violados cometidos desde o início destas operações.

³ Vale é uma mineradora multinacional brasileira e uma das maiores operadoras de logística do país. É uma das maiores empresas de mineração do mundo e também a maior produtora de minério de ferro, de pelotas e de níquel.

⁴ Exportar ou Morrer foi uma das políticas públicas desenvolvidas na gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso, no discurso na solenidade de posse do novo ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Sérgio Amaral, relacionados as exportações como prioridade para aumentar o PIB nacional - (O ESTADÃO, 2001).



2 PROCESSOS E FASES DE OCUPAÇÃO DE PIQUIÁ DE BAIXO, AÇAILÂNDIA - MA

Historicamente o processo de ocupação e povoamento de Açailândia está associado a um conjunto de políticas públicas do estado brasileiro, para que fosse povoado a Amazônia Brasileira (PITOMBEIRA, 2011).

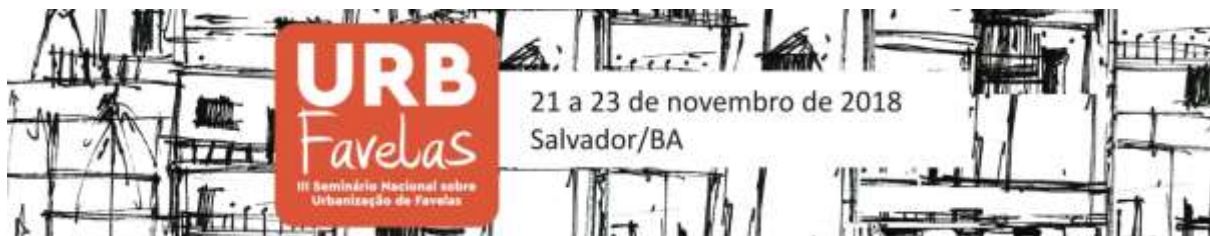
Em meados do séc. XX, a região amazônica foi vista como uma espécie de “colchão de amortecimento” na questão agrária no país, mas na visão governamental, de interligar “homens sem-terra no Nordeste, à terra sem homens na Amazônia”⁵. Ou seja, como forma de contornar a pressão pela reforma agrária no Nordeste, o governo buscou induzir fluxos migratórios para essas regiões, sendo o bairro de Piquiá de Baixo um dos lugares a ser incentivado ao povoamento na época.

Segundo (JUSTIÇA NOS TRILHOS, 2018), em Piquiá de Baixo seus primeiros moradores iniciaram uma formação comunitária em 1958, sendo este um dos primeiros bairros do município de Açailândia. Antes disso, até meados da década de 50, Piquiá de Baixo era conhecida apenas por grupos indígenas. O processo de ocupação passou a ser espontânea antes mesmo de abertura de qualquer estrada oficial, por famílias camponesas que migraram de outras áreas o oeste maranhense.

Pode-se dizer que a ocupação da área foi resultado de um duplo movimento: influência do governo federal pelos fluxos migratórios para a Amazônia e espontâneo dos camponeses em busca de boas terras na região.

No fim da década de 60, o governo federal deu início a abertura da primeira grande estrada oficial no pequeno povoado (conhecida hoje como BR-222). Os próprios trabalhadores da obra foram atraídos pelo local, pela quantidade de recursos naturais em abundância para a agricultura familiar (água e terra) e para a coleta (diversidade de árvores frutíferas). As roças mais comuns eram milho, arroz, mandioca e feijão. O próprio nome “Piquiá” foi escolhido devido ao fruto de uma árvore comum na localidade.

⁵ Registre-se que essa ideia da Amazônia despovoada já era socialmente repudiável, por desconsiderar a existência de diversos núcleos populacionais, indígenas ou não, residentes na região.



Em seguida, o povoado foi surpreendido pela chegada de latifundiários e de serrarias que beneficiaram de incentivos fiscais concedidos pelos projetos de desenvolvimento do governo para a Amazônia, que acabariam restringindo o acesso às terras do local e fazendo o preço das terras subirem.

Na década de 80, as famílias de Piquiá sofreram mais um ciclo de ameaças a partir da construção da Estrada de Ferro Carajás (EFC)⁶, como gestora do projeto a Vale. A ferrovia aguçou o movimento migratório e especulação fundiária, gerando conflitos, sem que houvesse medida governamental ou por parte da própria Vale para abrandar os impactos impulsionados do projeto no antigo povoado.

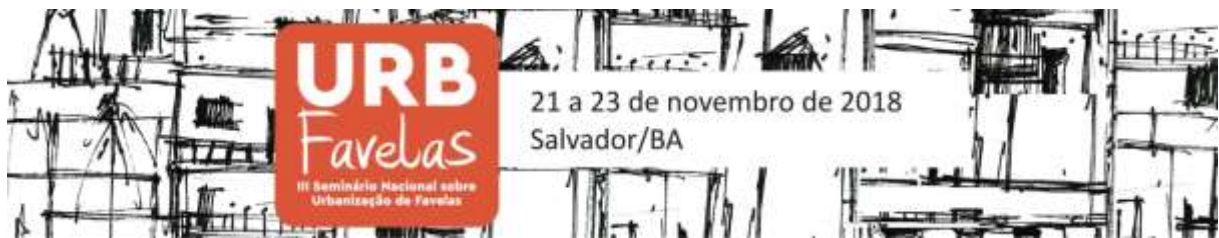
Em 1987, as siderúrgicas atreladas à Vale (compradoras de produtos primários e intermediários, e usuárias do frete ferroviário) passam a comprar terras, construir altos-fornos na região, potencializando os problemas fundiários e impulsionando os impactos sociais e ambientais no Piquiá.

Existiu um grande investimento publicitário em relação à chegada das siderúrgicas, voltadas para a aceleração dos fluxos de trabalhadores para as cercanias das siderúrgicas. Ou seja, as empresas se instalaram em áreas contigua ao Piquiá buscando tanto os recursos de matéria prima, quanto ao contingente volúvel de trabalhadores, não só para ser empregado nas siderúrgicas, mas também para a construção de um verdadeiro exército industrial de reserva.

Cabe lembrar que, pelo fato da política de atração de moradores, apenas um pequeno número de residentes de Piquiá foi efetivo nos trabalhos da siderúrgica. Pois a empresa trouxe trabalhadores mais qualificados do sudeste e nordeste, que também se instalaram na região, tencionando o mercado imobiliário e pressionando a mínima infraestrutura urbana local. Conforme observou um estudo realizado pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA), o Piquiá transformou-se num “hall” das próprias siderúrgicas⁷.

⁶ A Estrada de Ferro Carajás ou EFC, é uma ferrovia diagonal brasileira com 892 km de extensão, em bitola larga, operada pela mineradora Vale S.A.

⁷ CANCELA, Cristina. Estação Piquiá: um Novo Quilômetro na Fronteira Amazônica. Desenvolvimento e Cidadania. São Luis, ano 2006, dez./jan. 1992, apud EVANGELISTA, Leonardo. A Cidade da Fumaça: a Constituição do Bairro Operário do Piquiá no Município de Açailândia. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão, 2008, p. 44.



Hoje, a comunidade abriga cerca de 320 famílias, com uma população estimada em 1200 pessoas, e após a instalação dessas indústrias mineradoras à comunidade sentiu-se lesada à violação dos direitos de moradia, cidade e saúde ocasionados pelos impactos ambientais e danos à saúde causados pela poluição do ar, terra e rios decorrente ao ciclo das indústrias de ferro-gusa⁸ - empresas ligadas à Companhia Vale (antiga Vale do Rio Doce).

O direito à saúde fez-se pauta continua nas reuniões e assembleias do povoado de Piquiá desde 2004.

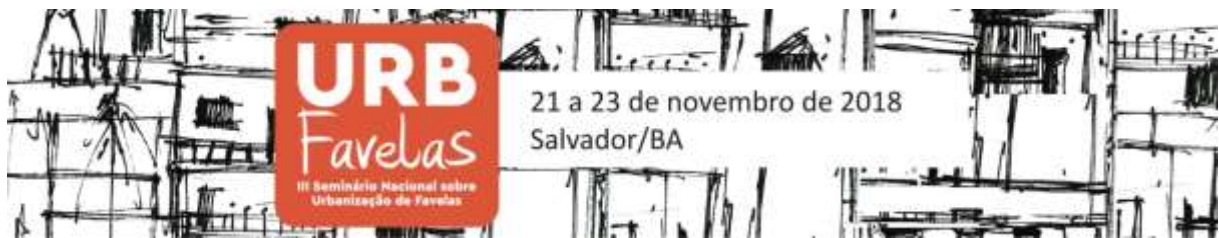
Desde 2007, vêm sendo atestado em diversos estudos técnicos realizados a contestar a poluição e os danos ambientais feitos por profissionais independentes. E há mais de 10 anos que a comunidade luta para ser reassentada para um local longe da poluição. A figura 01 mostra como a fumaça se espalha pela comunidade.

Figura 1: Poluição no bairro Piquiá de Baixo.



Fonte: Federação Internacional de Direitos Humanos, 2011.

⁸ O gusa é o produto imediato da redução do minério de ferro pelo coque ou carvão e calcário num alto forno.



A população residente no “distrito industrial de Piquiá de Baixo⁹” indica suas condições de saúde severamente prejudicadas desde o fim da década de 80, através das mudanças ambientais ocasionadas pela alta emissão de poluentes pelas empresas localizadas a pouco menos de um quilômetro das casas. A figura 02 mostra a localização do bairro Piquiá em relação as indústrias implantadas nas proximidades.

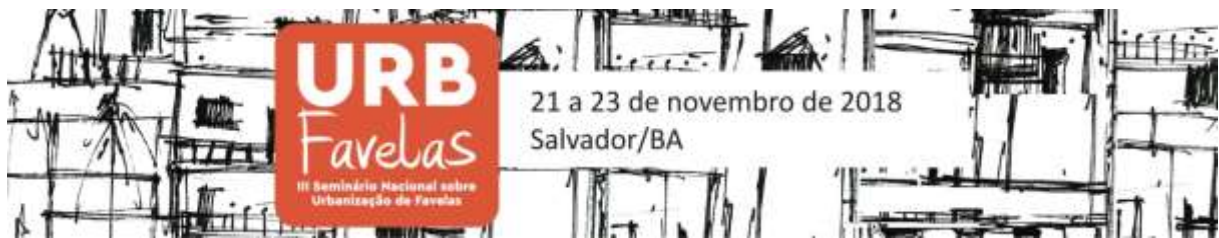
Figura 2: Localização do bairro Piquiá de baixo em relação as proximidades com as siderúrgicas.



Fonte: Federação Internacional de Direitos Humanos, 2011.

A poluição em Piquiá de Baixo está visível aos olhos nus, um “pó de balão” a céu aberto depositando resíduos sólidos através do vento levantando a poeira no solo, árvores, rios e nas moradias. Essa situação insalubre corresponde para os moradores diversas violações, dentre elas: moradia, saúde, integridade física.

⁹ Somente através de um Plano Diretor da cidade de Açailândia, aprovado em 2006, Piquiá de Baixo passou a ser considerada Distrito Industrial.



3 FRENTE A LUTA PELO REASSENTAMENTO

Em 2007 a Associação Comunitária dos Moradores ganhou apoio dos Missionários Combonianos¹⁰, uma congregação da Igreja Católica, e do Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos de Açailândia. A partir disto, a Associação tem participado de um conflito diário com as guseiras, responsáveis pela poluição no bairro, e com a empresa Vale S.A. que fornece a matéria prima para as siderúrgicas e escoar seu produto industrializado, tendo a concessão da Estrada de Ferro Carajás (EFC) que passa ao lado do bairro. A luta também denuncia a corresponsabilidade dos governos do Município de Açailândia e do Estado do Maranhão.

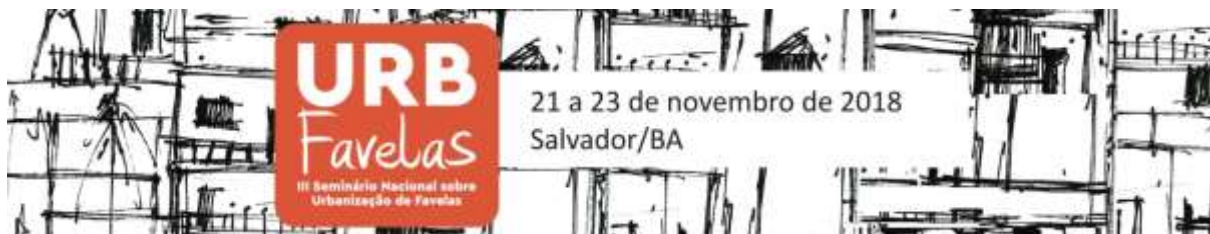
Os Missionários Combonianos formaram uma rede de articulação em busca dos direitos dos atingidos pela EFC e a problemática de Piquiá de Baixo se tornou uma das principais bandeiras de luta da rede, que ganhou o nome de Rede Justiça nos Trilhos (ReJT) e tem dado reconhecimento internacional para a comunidade de Piquiá.

Em 2008, a Associação dos moradores realizou uma consulta com todos os moradores da comunidade, que, com uma só voz, optaram a lutar por um reassentamento coletivo em busca de uma moradia sadia, livre de poluição. Assim, por meio da associação dos Moradores em conjunto com a Rede Justiça nos Trilhos.

Além da Rede Justiça nos Trilhos, os moradores contam com o acompanhamento e assessoria da Paróquia Santa Luzia do Piquiá, da Diocese de Imperatriz, do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) do Maranhão e do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Açailândia (STTR).

O caso de Piquiá de Baixo despertou a atenção de organizações de defesa dos direitos humanos nacional e internacional. Se tornou objeto de estudo da Federação Internacional dos Direitos Humanos (FIDH) em parceria com as organizações Justiça Global e Rede Justiça nos Trilhos, que resultou em um relatório publicado em maio de 2011 mostrando a realidade da comunidade, denunciando os impactos sofridos em Piquiá.

¹⁰ Missionários Combonianos é uma comunidade missionária da Igreja Católica Romana fundada por São Daniel Comboni. No Brasil, os Missionários Combonianos chegaram em 1952.



Conforme com denúncias da comunidade e com pesquisadores que já estudaram o caso, as siderúrgicas não cumprem com as normas ambientais exigidas para a realização de suas atividades, principalmente com a Portaria nº111 da Secretaria Estadual de Meio Ambiente do Maranhão¹¹. As Secretarias Estadual e Municipal de Meio Ambiente, responsáveis pelas licenças e autorizações que legitimam o pleno funcionamento das empresas, parecem não estar realizando as devidas fiscalizações e monitoramento, apesar de requisições encaminhadas pelo Ministério Público e pela Associação de Moradores, com entidades parceiras.

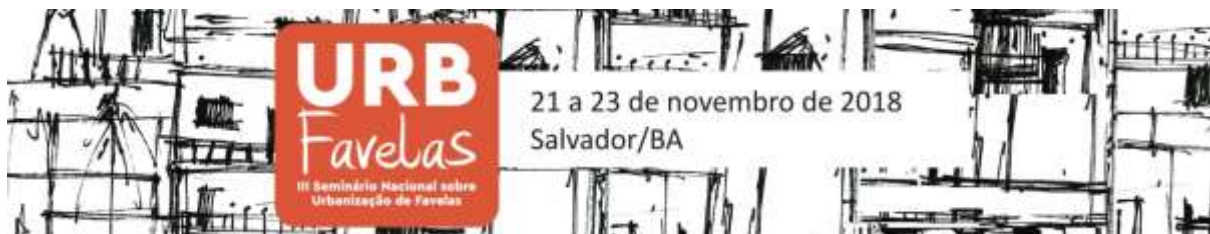
Devido os impactos constantes da poluição e as condições de saúde precárias, sobretudo de crianças, gestantes e idosos, os moradores de Piquiá de Baixo em assembleia realizada em 2008 decidiram por unanimidade que a solução mais eficaz seria o reassentamento para um local livre dos impactos socioambientais.

Desde 2007, o Ministério Público Estadual (MPE) instaurou um procedimento administrativo em conjunto com a Defensoria Pública do Estado do Maranhão, está conduzindo uma mesa de negociações visando a efetivação do reassentamento, que tem sua base de monitoramento e coordenação no Inquérito Civil Público n. 001/2011 que tramita na 2.^a Promotoria de Justiça, em Açailândia. Essa mesa inclui a participação das indústrias de ferro gusa, da Vale S.A., da Prefeitura Municipal de Açailândia e do Governo do Estado do Maranhão, além da Associação de Moradores e das entidades que a apoiam.

Com essas negociações, em maio de 2011 foi acordado um Termo de Ajuste de Conduta (TAC) em que o município se responsabilizou para efetuar a desapropriação de um terreno no qual deverá ser construído o novo bairro. No mesmo TAC, as empresas siderúrgicas se responsabilizaram para repassar ao município o valor correspondente à indenização do proprietário do terreno, conforme avaliação realizada por perícia judicial.

O terreno para o reassentamento foi obtido após uma longa luta em ação judicial de desapropriação, concluída em 2015. O novo espaço terá que receber toda a infraestrutura a que

¹¹ Portaria nº111 da Secretaria Estadual de Meio Ambiente do Maranhão - Dispõe sobre todas as instalações de produção de ferro gusa, em operação, ficam obrigadas à promoção de melhorias de processo, à instalação de equipamentos de controle, à disposição adequada de resíduos, ao monitoramento e às demais medidas necessárias ao cumprimento integral da legislação ambiental.



as famílias têm direito e serão necessários R\$ 29 milhões, sendo que desse montante apenas R\$ 2 milhões e 130 mil (7,5%) foram aportados pelas empresas siderúrgicas, através do Sindicato das Indústrias de Ferro Gusa do Estado do Maranhão (SIFEMA). Há ainda a promessa de aporte da Vale S.A. e Fundação Vale no valor total de R\$ 6 milhões e 240 mil (22%).

Cabe recordar que a empresa Gusa Nordeste S.A., foi condenada em primeira e segunda instâncias em 21 ações judiciais movidas individualmente por 21 famílias, em trâmite iniciadas em 2005.

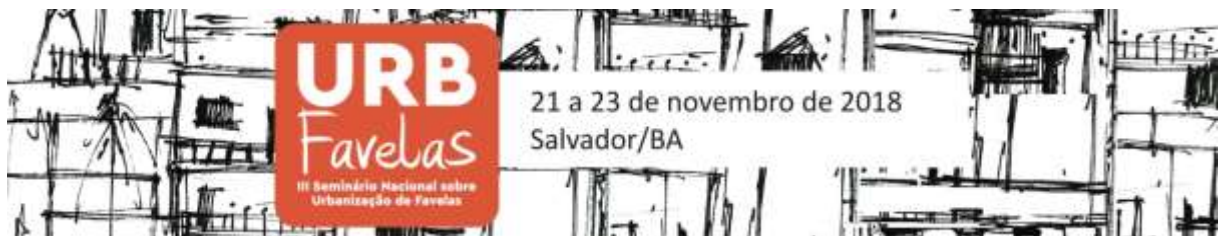
Após vários meses de luta depois de conquistar o terreno, a Associação de Moradores conquistou através de outro TAC o direito de uma assessoria técnica, selecionada pelo MPE, para: 1) elaborar o projeto urbanístico e habitacional; 2) levantamento planialtimétrico; 3) estudo ambiental; 4) equipe multidisciplinar para elaboração dos critérios para definição das famílias contempladas e avaliação de solução dos casos duvidosos.

A assessoria escolhida pelo MPE foi a Usina CTAH ¹²(Centro de Trabalhos para o Ambiente Habitado), de São Paulo. O trabalho da Usina foi custeado por uma contribuição do Sindicato das Indústrias de Ferro Gusa do Maranhão, conforme acordado no TAC, apresentado à Prefeitura de Açailândia, ao Governo do Estado do Maranhão, ao Ministério das Cidades e protocolado na Caixa Econômica Federal para aprovação.

Há, ainda, interesse e disposição do Ministério das Cidades para a inclusão do reassentamento do povoado Piquiá de Baixo no Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) financiando uma parte do projeto do bairro através do Fundo Nacional de Habitação Popular. O reassentamento não se enquadra apenas na entrega de condições mínimas de moradia a quem não tem casa, mas corresponde a uma indenização e devolução da qualidade de vida as 320 famílias que tiveram seus direitos violados por mais de vinte anos.

Por isso, o projeto urbanístico e habitacional não pode corresponder simplesmente ao Programa MCMV, mas prevê complementações de financiamento para uma moradia e um lote

¹²Usina CTAH - Fundada em junho de 1990 por profissionais de diversos campos de atuação como uma assessoria técnica a movimentos populares, a Usina CTAH tem atuado no sentido de articular processos que envolvam a capacidade de planejar, projetar e construir pelos próprios trabalhadores, mobilizando fundos públicos em um contexto de luta pelas Reforma Urbana e Agrária.



que permitam às famílias, além do direito à moradia, a revalorização de sua vocação produtiva e o cultivo de relações comunitárias.

A luta de mobilização coletiva da comunidade permanece viva na memória das famílias. Dentre elas os moradores saíram em marcha bloqueando a BR-222 que liga Açailândia com São Luís. O bloqueio durou mais que 4 horas de protesto prolongado com queimas de pneus. Pouco tempo depois os moradores voltaram a protestar durante a visita da governadora Roseana Sarney a Açailândia, com a utilização de mascarar respiratórias evidenciando a situação da comunidade.

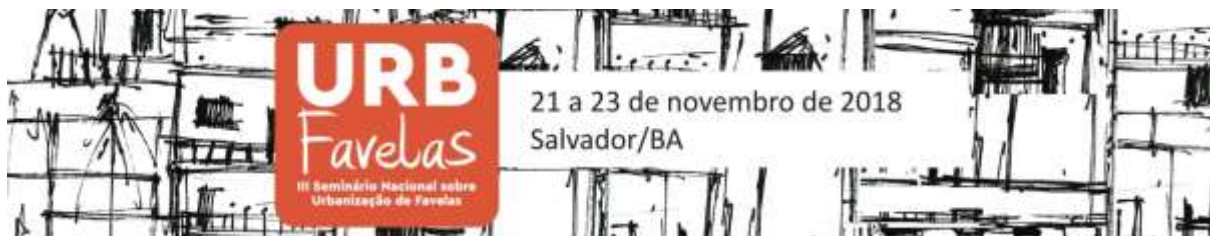
Em novembro de 2017, cerca de 50 moradores da comunidade tomaram partido de um protesto realizado contra a demora no processo de reassentamento na sede da Gerência Habitacional da Caixa em São Luís, que coordena o projeto. Os moradores realizaram um verdadeiro esforço de cooperação e, divididos em turnos, fecharam durante 30 horas os portões de entrada e saída das indústrias.

4 A PROJETO PARA O NOVO BAIRRO ATRAVÉS DA ASSESSORIA TÉCNICA

O projeto para o novo bairro ocorreu através da assessoria técnica USINA com a utilização de metodologias de projetos participativos. A ideia de projetos participativos pressupõe que o desenho não pode ser imposto apenas pelo profissional de arquitetura, e sim abrir diálogo com a comunidade, propondo flexibilidade no desenho, juntando conhecimento técnico com a organização popular, buscando atuar de forma qualificada de habitação e seus espaços a partir do diálogo e do entendimento das necessidades da comunidade.

Para a assessoria técnica USINA, existiu dois desafios em relação ao projeto: primeiro, a distância dos técnicos com a comunidade dos quase 2.400 km que separam São Paulo de Açailândia, vencida por imersão ao local. O outro, era o tempo curto para realização do projeto: foi acordado com o Ministério Público poucos meses de definição para o projeto e aprovação final nos órgãos financiadores.

Assim, a estratégia da assessoria foi realizar encontros restritos com a comunidade cujo aproveitamento era máximo: reuniões à noite, atividades e gincanas durante o dia todo com divisão em grupos de trabalho. Assim, o projeto participativo possibilitou um estreitamento



entre a assessoria e as famílias – permitindo que estas se aproximassem do desenvolvimento técnico do futuro bairro, e ao mesmo tempo, permitiu que à equipe da USINA entendesse as necessidades da forma de morar desta região.

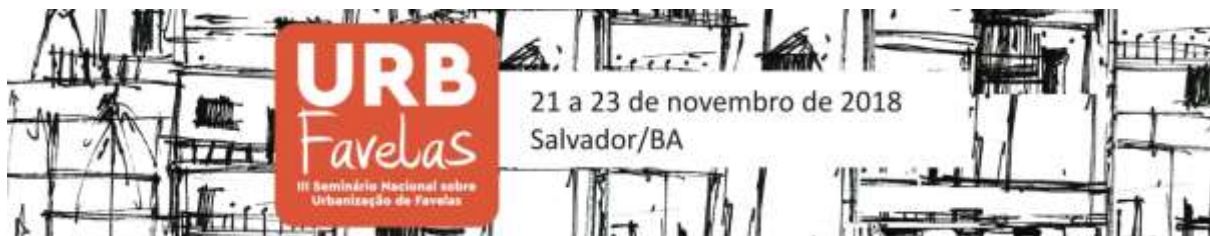
A proposta final do projeto de reassentamento estrutura o terreno de 38 hectares ao longo de um eixo que se configura como um calçadão arborizado e ininterrupto para pedestres e ciclistas, a partir do qual será possível acessar todos os equipamentos e espaços coletivos que serão implantados, assim como duas áreas verdes existentes que serão preservadas. (USINA, 2014)

Preocupados integrar o terreno do reassentamento ao bairro vizinho, o Novo Horizonte, buscou-se criar infraestrutura e equipamentos para compartilhamento com os moradores ao lado. Assim, foram previstos nove equipamentos para servir os dois bairros: Associação de Moradores, Clube das Mães, Mercado, Centro Esportivo, Creche, Escola, Memorial das Lutas do Piquiá, Unidade Básica de Saúde - UBS, Centro de Referência em Assistência Social - CRAS e um Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos.

A distribuição dos lotes no desenho do reassentamento surgiu da observação do hábito dos próprios moradores, assim dispostos em pequenos núcleos de forma a configurar uma pequena praça a cada conjunto de 26 casas, com um total de 312 casas. Nestas praças além de melhor arborização no bairro, terá função de tratamento das águas servidas das casas, pois na cidade de Açaílândia não há rede de coleta e tratamento de efluentes, e a solução mais adequada foi tratamento local através de sistemas biológicos. O desenho do arranjo entre os lotes também guarda a ideia de incentivar o compartilhamento dos fundos de lote de diferentes casas entre integrantes da mesma família ou amigos, gerando espaços semi-públicos em comum.

Neste sentido, o projeto desenvolvido junto à comunidade do Piquiá de Baixo aponta para uma forma de morar digna, buscando oferecer os moradores um ambiente onde os mais diversos aspectos da vida estejam integrados, justificando qualidade de vida aos que residirem ao novo bairro.

Entretanto, após um ano de espera para que o projeto fosse finalizado e aprovado na Prefeitura de Açaílândia, a comunidade agora aguarda a aprovação do projeto junto à Caixa Econômica Federal, responsável pelo Programa Minha Casa, Minha Vida Entidades – por meio



do qual serão realizadas as unidades habitacionais e parte da infraestrutura, que será complementada com aporte da Fundação Vale e do Sindicato das Indústrias de Ferro Gusa.

Portanto, a luta ainda está em andamento, e apesar de suas conquistas serem expressivas, existe ainda desproporção de poder entre a comunidade local e a indústria nacional/global. Talvez por esta razão, as reivindicações da Comunidade engrandeceram a luta local e se tornaram bandeira maior que expõe a outra face dos programas desenvolvimentistas.

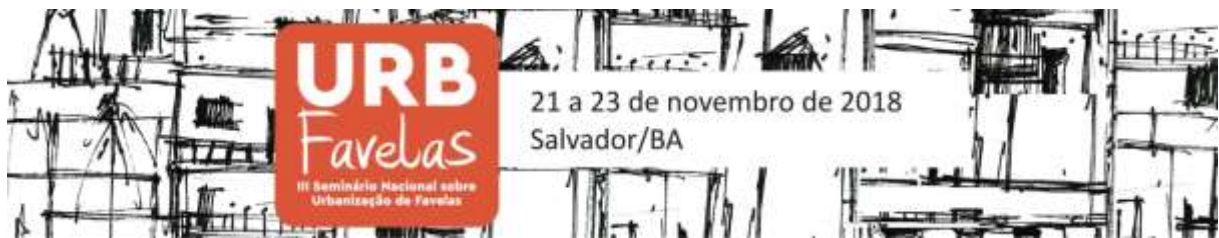
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em conclusão, é notório que existiu um avanço progressivo relacionado ao avanço desenvolvimentista na Amazônia brasileira realizado através de políticas públicas do governo federal. Entretanto, o paradoxo do desenvolvimentismo é ocasionado através do poder das indústrias através do capitalismo, resultando lucros ao Estado e indústrias privadas, sem se preocupar com o atropelamento à cidade, suas matérias-primas e a quem à reside.

O Caso de Piquiá de Baixo, é apenas mais um exemplo de como o desenvolvimentismo se infiltra na cidade, violando os direitos dos cidadãos, através de um marketing para melhorias da população e desenvolvimento da cidade, porém, o que de fato funciona é o capital apenas às grandes indústrias e “vendas nos olhos” do poder público em relação aos abusos socioambientais deixados pelas siderúrgicas, com legislações falhas sem preocupar com as diligências deixadas à comunidade.

A luta da comunidade de Piquiá pelos direitos resguardados em habitar em um local digno de viver é grande, são vários gigantes a enfrentar. Nesses mais de 10 anos de luta pelo reassentamento, a comunidade já conseguiu alguns avanços de confronto às indústrias: como a visibilidade nacional e internacional dos direitos humanos, o terreno para o reassentamento, a assessoria técnica, e o projeto, porém a batalha ainda não acabou devido à falta de reconhecimento de responsabilidade das indústrias em tirar a comunidade da cidade onde a fumaça se instalou por conta delas.

A mesa de negociações é sempre burocrática, as etapas vencidas são sempre acompanhadas de muitas lutas, ocupações e resistências. Atualmente, a Associação aguarda as definições do Ministério das Cidades, para a portaria de seleção complementar do projeto e



garantir os recursos para o reassentamento. Entretanto não há comprovações de cumprimentos pelas empresas das normas ambientais vigentes, em especial da Portaria 111/2008 da Secretaria Estadual do Meio Ambiente e o Decreto Estadual 29.669/2013, onde impuseram às empresas siderúrgicas a implantação de tecnologias e equipamentos para controle de emissões atmosféricas, entre outras medidas de mitigação de impactos.

Enquanto o novo lar da comunidade não é construído, a população de todo o Piquiá continua com seus direitos violados através da forte poluição onde afeta muito mais do que as 312 famílias de Piquiá de Baixo cadastradas no projeto do reassentamento.

REFERÊNCIAS

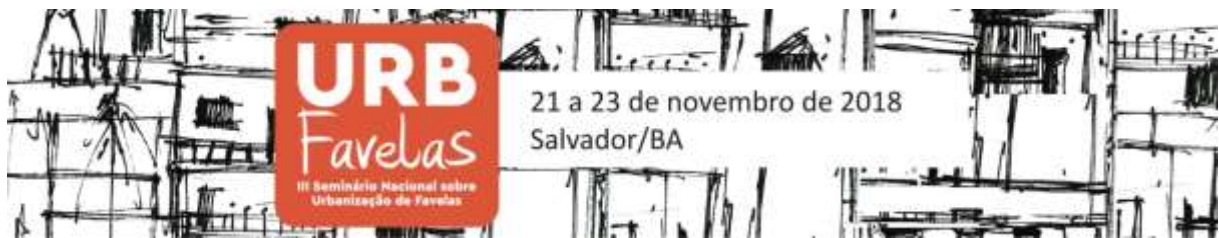
ALMEIDA, DESNI LOPES. **OS TRILHOS DO DESENVOLVIMENTO NA AMAZÔNIA MARANHENSE – CONFLITOS E CONTRASTES: o caso Piquiá de Baixo, Açailândia/MA, 2012.** Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Socioespacial e Regional) Universidade Estadual do Maranhão, Centro de Ciências Sociais, 2012.

ALMEIDA, ROGÉRIO. Mineração na Amazônia: Estado, Empresas e Movimentos Sociais. **Mineração na Amazônia: Estado, Empresas e Movimentos Sociais.** São Luís, MA. 2018. Disponível em: < fórumcarajas.org.br> acesso em: 18 de jun. 2018. P. 06-07.

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MORADORES DE PIQUIÁ. **PIQUIÁ DA CONQUISTA: como será a construção do novo bairro? Jan. 2018.** JUSTIÇA NOS TRILHOS: Reassentamentos. Disponível em: < <http://justicanostrilhos.org/2018/01/22/piquia-de-baixo-luta-ha-10-anos-por-reassentamento-longe-da-poluicao/>> Acesso em: 15 de junho de 2018.

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MORADORES DE PIQUIÁ. **Piquiá de Baixo luta há 10 anos por reassentamento longe da poluição.** Jan. 2018. JUSTIÇA NOS TRILHOS: Reassentamentos. Disponível em: <<http://justicanostrilhos.org/2018/01/22/piquia-de-baixo-luta-ha-10-anos-por-reassentamento-longe-da-poluicao/>> Acesso em: 26 jun. 2018.

BELFORT, GILSON DOS SANTOS. **A DINÂMICA SOCIOESPACIAL RECENTE DO MUNICÍPIO DE AÇAILÂNDIA.** 2016. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Socioeconômico) Universidade Federal do Maranhão, Centro de Ciências Sociais, 2016.



ESTADO, AGENCIA. **É exportar ou morrer', diz FHC.** Ago. 2001. O ESTADÃO. Disponível em: < <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,e-exportar-ou-morrer-diz-fhc,20010823p39526> Acesso em: 26 jun. 2018.

EVANGELISTA, LEONARDO NUNES. **A CIDADE DA FUMAÇA: a constituição do grupo operário do bairro do Piquiá no município de Açailândia - MA, São Luís.** 2008. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) Universidade Estadual do Maranhão, Centro de Ciências Sociais, 2012. P. 82-90.

FAUSTINO, FURTADO. CRISTIANE, FABRINA. Violações aos Direitos Humanos. 2013. **Mineração e Violações de Direitos: O Projeto Ferro Carajás S11D, da Vale S.A.** Açailândia (MA), 1ª Edição, 2013. P.18.

FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS. (Org.) **BRASIL QUANTO VALEM OS DIREITOS HUMANOS?** Os impactos sobre os direitos humanos relacionados a indústria de mineração e siderúrgica em Açailândia. Maio 2011.

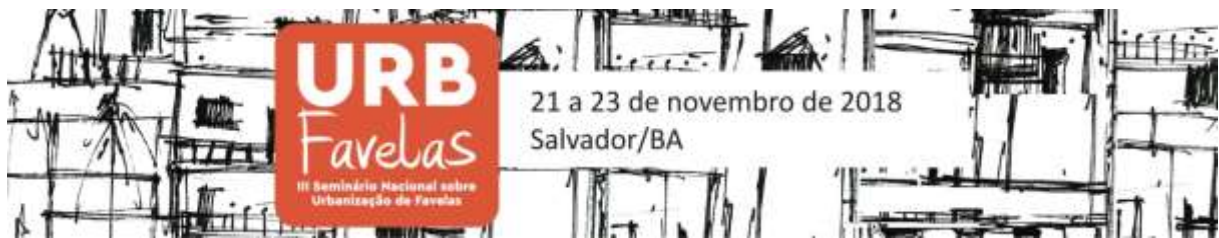
FERRAZ, LIDIANE. **MORADORES DE PIQUIÁ DE BAIXO PROTESTAM PELA DEMORA NO PROCESSO DE REASSENTAMENTO.** Nov. 2017. Justiça nos Trilhos: Notícias. Disponível em: < <http://piquiadebaixo.justicanostrilhos.org/Moradores-de-Piquia-de-Baixo-protestam-pela-demora-no-processo-de> > Acesso em 26 jun.2018.

JUSTIÇA NOS TRILHOS. Justiça nos Trilhos: Conflito. **Piquiá de Baixo luta!** Jan. 2014. Disponível em: <http://piquiadebaixo.justicanostrilhos.org/Conflito> Acesso em: 26 jun. 2018.

HARVEY, DAVID. A geografia do capitalismo. **A PRODUÇÃO DO CAPITALISMO.** São Paulo: Anhembi, 2005. P. 45.

MACHADO, CAROLINA G. **ARQUITETURA E AUTOGESTÃO: Estudo sobre a atuação da USINA-CTAH na produção habitacional autogerida.** 2017. Monografia (Arquitetura e Urbanismo) Universidade Estadual do Maranhão, 2017.

MARANHÃO, GOVERNO DO. Administração e Finanças. 2008. **PORTARIA ESTADUAL Nº 111 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2008.** Disponível em: < http://www.stc.ma.gov.br/legisla_documento/?id=2572 > Acesso em: 26 jun. 2018.



PITOMBEIRA, Karla S. A. **A construção da responsabilidade social e empresarial no polo siderúrgico Carajás: O caso do Instituto Carvão. ICC. São Luís – MA.**

USINA, CTAH. **REASSENTAMENTO DA COMUNIDADE DE PIQUIÁ.** Junho 2014. São Paulo, 2014. P. 14. Disponível em: < <http://www.usina-ctah.org.br/>> acesso em: 20 de junho de 2018.

VILAÇA, ÍCARO. **REASSENTAMENTO DO PIQUIÁ DE BAIXO.** USINA CTAH, 2018. Disponível em: < <http://www.usina-ctah.org.br/piquia.html>> Acesso em 26 jun.2018.